



A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA A BAHIA

Giuseppe Federico Benedini*

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

giuseppebenedini@yahoo.fr

RESUMO: Brevíssima resenha histórica sobre a emigração italiana para a Bahia, fundamentada na bibliografia produzida por autores brasileiros e peninsulares. O período considerado vai desde a unificação nacional italiana até a chegada do último grande grupo de emigrantes na Bahia, em meados do século XX. O problema é discutido nos contextos das relações internacionais e da história regional e local, examinando as contribuições italianas na indústria, no comércio, nas artes e na agricultura.

PALAVRAS CHAVE: História Contemporânea – Migrações – Italianos na Bahia

ABSTRACT: Short historical review about the Italian emigration to Bahia, based on bibliography produced by Brazilian and Peninsular authors. The period examined goes between Italy's national unification and the arrival in Bahia of the last main group of emigrants, in middle 20th century. The question is discussed in both contexts of the international relations and the regional and local history, examining the Italian contributions to industry, trade, arts and agriculture.

KEYWORDS: Contemporary History – Migrations – Italians in Bahia

ITALIANOS NA BAHIA NOS ANOS DO *RISORGIMENTO* (1848-1870)

Salvador, mesmo não sendo mais capital brasileira, conservava ainda, em meados do século XIX, grande importância como porto mercantil. Na cidade operavam agentes comerciais, companhias de navegação e representantes diplomáticos de todos os principais países, dentre os quais três dos maiores estados que compunham então a Península italiana: o Reino das Duas Sicílias, o Estado Pontifício e o Reino de Sardenha. Em 1850, o consulado da monarquia piemontesa estimava em cerca de 150 o número de súditos ali residentes, os quais pertenciam quase todos à colônia de genoveses que, desde 1820, habitava na cidade portuária.¹ Esta devia ser a maior

* Doutor em História. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia.

¹ AZEVEDO. Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 16. Apesar de sua brevidade, este ensaio do

coletividade peninsular em Salvador, mesmo que muitos deles fossem marinheiros, os quais não residiam na Bahia de forma permanente. A partir de 1855, os dados da polícia portuária de Salvador registram um decisivo aumento, ao mesmo tempo em que se gestava a unificação nacional italiana.² Naquela época, empresas de capital inglês estavam investindo no setor dos transportes ferroviários e, como as relações do Piemonte com o Reino Unido já eram muito amistosas, 912 operários foram recrutados em Turim pela companhia que construiu a linha de Salvador até o São Francisco. Os primeiros emigrantes aportaram em 1858 e, no ano seguinte, se somaram a eles outros 240. Alojados na fazenda “São Tomé de Paripe”, os piemonteses distinguiram-se, a juízo dos seus empregadores, pelo seu caráter indisciplinado (*unmanageable*), mas é necessário ter em conta as terríveis condições higiênico-sanitárias aos quais foram submetidos: muitos adoeceram e morreram de febre amarela, o que levou mais da metade dos sobreviventes a abandonar a empresa e a voltar para pátria.³ Apesar disso, em 1860, 446 italianos trabalhavam ainda na construção da ferrovia, que em 1863 alcançou Mata de São João (a 61 km da capital) e, em 1870, Alagoinhas.⁴ Naquela época eles constituíam o 16,5% dos 2.639 empregados, 2.069 dos quais “eram brasileiros [...], 107 ingleses, 11 alemães, 4 franceses e 2 suíços”. Nos anos seguintes alguns Italianos estabeleceram-se nas novas cidades crescidas com o trem e se dedicaram a outras atividades, principalmente ao comércio. Outros foram atraídos para as minas de diamantes e de nitrato de potássio da Chapada Diamantina, ao redor das quais o desenvolvimento tinha-se acelerado nos trinta anos anteriores.⁵ Entre 1856 e

grande médico, antropólogo e historiógrafo soteropolitano constitui até hoje a única resenha completa sobre a imigração italiana no Estado da Bahia e é, portanto, uma obra de leitura imprescindível para todos os estudiosos interessados no argumento.

- ² Os registros de desembarque e embarque de passageiros, pela polícia portuária de Salvador, conservados no Arquivo Público do Estado da Bahia começam em 1855 e 1865 e vão até 1961 e 1964 respectivamente. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, SETOR REPUBLICANO. **Polícia do porto do Salvador. Registro dos passageiros.**
- ³ ZORZO, Francisco Antônio. A engenharia e a importação da tecnologia dos transportes ferroviários na Bahia durante a segunda metade do século XIX: estudando o caso do primeiro empreendimento ferroviário baiano. **Sitientibus**, nº28, janeiro/julho 2003, p. 109-120. Disponível em: http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/28/a_engenharia_e_a_importacao_da_tecnologia.pdf. Acesso em: 27/11/2010. Cf. também: AZEVEDO. Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 24-27.
- ⁴ BISPO, Antônio Alexandre. Estradas de ferro e vida musical no interior baiano pela passagem do século. **Brasil Europa: Correspondência Euro Brasileira**, nº 6 (1990: 4). Disponível em: <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM06-02.htm>. Acesso em: 26/11/2012.
- ⁵ O primeiro prefeito de Morro do Chapeu (em 1909), município da Chapada Diamantina, chamava-se Vincenzo Grassi. Cfr. AZEVEDO, 1989, Op.cit., p. 35-36.

1864 desembarcaram em Salvador 1.622 portugueses, 1.267 italianos, 661 ingleses, 299 alemães e 281 franceses⁶ e, salvo no caso dos portugueses, todos eles vinham em grupos organizados para cumprir tarefas específicas: construir ferrovias e desenvolver a mineração. Em 1857, 150 trabalhadores da Confederação Germânica chegaram às dependências da Companhia Metalúrgica de Assuruá, um empreendimento de capital misto teuto-brasileiro que tentou, sem fortuna, extrair ouro na margem direita do São Francisco.⁷ A expedição era patrocinada pela Associação Baiana de Colonização e alentada pelo governo local, tanto que, em primeiro de setembro daquele ano, o Presidente da Província João Lins Sinimbú, declarou publicamente, a propósito dos alemães: “Felizmente, de todas as nacionalidades, é ela a que mais se aclimata entre nós”.⁸ Se esta afirmação terá de ser desmentida por múltiplos exemplos na história da Bahia, igualmente o serão os auspícios de outro Presidente da Província Imperial, Herculano Ferreira Pinto (1859-1860), no tocante à agricultura:

Cada colono, europeu, inteligente, laborioso e moralizado, que introduziremos na Província é, além de uma força produtiva, em relação à agricultura, um elemento também de civilização para o país que, ainda com algum sacrifício, deve aproveitar o concurso de todos esses homens, filhos de uma civilização mais apurada, e, portanto capazes de ensinar, pelo exemplo, à nossa população do interior ainda atrasada.⁹



Na realidade, os poucos estrangeiros dotados de algum capital preferiram investir em outras atividades, como o artesanato e o comércio, enquanto os demais buscavam um salário nas raríssimas, porém seguras, atividades industriais. As condições de trabalho oferecidas, que constituiriam um fator decisivo para a eventual fixação dos imigrantes, contribuíram a afastar da Bahia, e de maneira permanente, os excedentes de população que começavam a engrossar na Europa. O governo provincial, por sua parte, não prestou alguma atenção aos experimentos coloniais surgidos espontaneamente, como no arraial de São Francisco da Mombaça (no atual município

⁶ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias** – uma avaliação das experiências agrícolas na Bahia na segunda metade do século XIX. 1982 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, p. 141.

⁷ EDELWEISS, Frederico G. A secular presença alemã na Bahia. **Anais do APEB**, nº 39, 1970, p. 230.

⁸ BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão. Salvador cidade do mundo: da Alemanha para Bahia. **História, Ciências, Saúde**, Edição Bilíngue (Português – Inglês), Vol. 10 (1):151 – 172, Jan – Abr. 2003, p. 156. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n1/17834.pdf> >>. Acesso em: 26/11/2012.

⁹ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 24 – 27/31.

Conceição do Almeida), em 1868. Aqui o sacerdote Achille Rosini (ou Rossini) fundou um assentamento agrícola com imigrantes originários de Rofrano, na província italiana de Salerno.¹⁰ Ignoramos, se o padre e seus conterrâneos tenham empregado força de trabalho escrava: vista a época não se pode excluir de todo, mesmo que seja possível duvidar disto. O nome da localidade onde se instalaram os colonos denuncia, por outro lado, que em algum momento de sua história foi habitada por africanos e seus descendentes. Sabemos também que os imigrantes “se dedicaram à agricultura, introduzindo a cultura do café” e praticaram o cultivo do tabaco, além de se empenhar no “comércio, tendo progredido economicamente”. O sacerdote, “que era um intelectual agitado e favorável à unificação da Itália, tinha uma grande influência sobre os seus compatriotas, contribuindo para o progresso da colônia”.¹¹

OS MASCATES DO PLANALTO SUL.

Em 1869, a Câmara Municipal da cidade de Nazaré das Farinhas, então florescente cidade do Recôncavo meridional, lamentava o fato que:



No termo desta Cidade, ou em seu Município, não houve alguma imigração de estrangeiros que se empreguem na cultura dos terrenos da lavoura, ainda que mensalmente desembarquem Genoveses e Napolitanos que exclusivamente se empregam no Comércio, mediante a coadjuvação e patriotismo de seus conterrâneos já residentes e estabelecidos no lugar.¹²

O documento citado por Thales de Azevedo é um dos primeiros testemunhos que se referem à existência de mascates italianos, os quais operavam como

¹⁰ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 29-34 e ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 68. Se comparado à obra de Thales de Azevedo, **A Itália no Nordeste** é um livro certamente muito mais abrangente do ponto de vista geográfico (todo quarto nordoriental do Brasil, da Bahia ao Maranhão) quanto pelo tamanho da bibliografia consultada pela equipe de pesquisadores. No que concerne a Bahia, porém, Azevedo é sua fonte principal, demonstrando que “Italianos na Bahia e outros temas”, se não for uma obra completa ou muito aprofundada – como confessa, por outro lado, o próprio título – é com certeza um estudo sintético muito útil, baseado como é em documentos de arquivo e outras fontes de primeira mão. Neste caso a fonte citada pelo autor é: ALVES, Isaías. **Matas do Sertão de Baixo**. Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967, p. 246.

¹¹ ANDRADE, 1992. Op.cit., p. 68. Na obra é citada uma lista de sobrenomes dos colonos italianos: “Coni, Monaco, Domini, Massa, Ambrosi, Rossini [Rosini?], Pilligrini [Pellegrini?], Dantuani, Angelo, Alegro [Allegro?]”. Descendentes das famílias Ambrosi, Coni e Monaco moram, ainda hoje, em Conceição do Almeida.

¹² AZEVEDO, 1989. Op.cit., p. 29.

intermediários entre a Baía de Todos os Santos e a população do sertão. Uma das rotas comerciais mais importantes, nos anos precedentes à construção da ferrovia, era aquela que se dirigia no Planalto Sul: os mascates se abasteciam de mercadorias em Salvador e a transportavam em navio até Nazaré das Farinhas; aqui adquiriam os animais de carga e percorriam as colinas até a embocadura do vale do Jequiriçá, para depois subir até Aréia (atual Ubaíra). Outros partiam “em um navio, levando oito horas para chegar a Cachoeira” e deste porto fluvial percorriam um breve trajeto de trem “até Tambari, daí até Maracás eram dois dias em lombo de burro”¹³. Mais ao sul destes postos avançados começava o sertão da montanha. A população do Planalto Sul era escassa e extremamente dispersa em relação àquela da costa ou do Recôncavo: alguns pioneiros tinham se estabelecido aí para se dedicar à cultura do tabaco, mais se tratava, em geral, de agricultores pobres, dependentes do crédito e dos preços flutuantes fixados pelos exportadores alemães de Cachoeira e Salvador. Outra parte, ainda mais significativa, era formada pelos escravos que trabalhavam nas grandes fazendas de café, cujos filhos assumiram o estatuto jurídico de homens livres somente a partir de 1871. Os escravos libertos que não queriam ficar como empregados nas fazendas, os fugitivos, os aventureiros e quantos outros tivessem tido a coragem de ir viver nessas terras desoladas se contentavam em queimar pedaços de floresta para plantar bananeiras, feijão, arroz, mandioca e engordar algum animal, se alimentando do que produziam. Sua simplicidade impressionou os mascates italianos que chegaram ao Planalto Sul, mas a maneira de viver dessa gente, que sacrificava florestas inteiras para plantar quanto era estritamente necessário ao próprio sustento, foi interpretada como pouca dedicação ao trabalho: “O povo para alimentar-se não fazia esforços: plantava um pouco de mandioca para a farinha, um pouco de arroz, de cana, criava porcos”¹⁴. Por quanto conduzissem uma existência independente, os habitantes dos vales do Rio Preto e do Rio de Contas precisavam, todavia, de produtos que dificilmente teriam podido procurar se ninguém os tivesse levado até eles. “Os gêneros de primeira necessidade” que mais lhe interessavam

¹³ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 183.

¹⁴ MAROTTA, Carlos & Carmine. **Casa Confiança**. Carmignano: Attucci Editrice, 2008, p. 17. A carta enviada, em 1963, pelo comerciante trequinense Carmine Marotta, apelidado de Carlos, ao então governador da Bahia, Antônio Lomanto Junior, foi transcrita na íntegra neste livro, tanto na sua versão original como na tradução italiana de Carmine Marotta (Neto) e Eduardo Sarno. Alguns trechos da mesma foram citados também em ARAUJO, Emerson Pinto de. **História de Jequié**. Salvador: EGB Editora, 1971 e em ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia**. Feira de Santana: UEFS, 2001.

“eram reduzidos aos anzóis, ao chumbo para a caça e para a tarrafa, sal, armas, facão, machado e espingarda”.¹⁵ Os mascates, então, se adaptaram ao comércio de troca, aceitando pagamentos em natura que, por sua vez, revendiam alhures: “peles de toda qualidade, couros, requeijão, carne do sol, artefatos de algodão como redes, sacos, etc”.¹⁶ Também a madeira e os óleos vegetais eram bem aceitos para cobrir as dívidas, já que permitiam aos comerciantes de concluir excelentes negócios.

Os mascates “napolitanos”, na realidade eram um grupo de oriundos de Trecchina, um povoado que se situa perto da costa meridional do Mar Tirreno. O município, aliás, é um dos poucos, na região da Lucânia, onde se fala um dialeto de origem galo-italica, que pouco tem a ver com o napolitano. Tal fato se devia a que o Golfo de Policastro tinha sido povoado, ainda na Idade Média (princípios do século XII), por uma colônia valdense originária do Monferrato. Os primeiros trequinenses que percorreram o “sertão da reserva” entre os vales do Jequiriça e do Rio de Contas, foram Giuseppe Rotondano e Giuseppe Niella. Chegados ao Brasil em 1866 e 1869, respectivamente, eles faziam parte de um grupo de comerciantes italianos residentes em Aréia, por volta de 1870. Rotondano e Niella associaram-se e, cada um por seu turno, andavam pelas terras altas em busca de clientes. Enquanto um deles viajava (e podia ficar longe várias semanas), o outro se ocupava do armazém. Suas vicissitudes foram descritas, com profusão de detalhes, por outro mascate de Trecchina, Carmine Marotta, conhecido como Carlos, empregado e depois sócio da firma “José Rotondano e Niella”:

Do núcleo dos italianos de Areias [*sic*], partiu José Rotondano no ano de 1875, mascateando com mulas e um criado. Ia vendendo fazendas (tecidos), miudezas e vendendo e trocando santos, isto até o ano de 1880. [...] Muitos dos homens que entraram por primeiro[s] na zona de Rio das Contas eram foragidos que tinham que ajustar contas com a Justiça, mas a maior parte era de boa vontade e trabalhadores. [...] Morar na mata naquele tempo podia-se comparar com uma expiação de pena.¹⁷

Em 1881, os dois associados deixaram definitivamente Aréia para abrir um armazém onde, anos mais tarde, teria surgido o centro habitado de Jequié,¹⁸ em meio a uma região da qual eles tinham intuído o enorme potencial. “A Casa”, como era

¹⁵ MAROTTA, Carlos & Carmine. **Casa Confiança**. Carmignano: Attucci Editrice, 2008, p. 17.

¹⁶ Ibid. p. 16.

¹⁷ Ibid. p. 40 – 42.

¹⁸ O nome “Jequié”, vocábulo tupi-guarani de etimologia incerta, foi adoptado pelo município constituído em 1897.

conhecida a sede da “Rotondano & Niella”, tornou-se, em pouco tempo, um ponto de encontro dos mascates, dos tropeiros e dos canoeiros da zona, mesmo encontrando-se distante das “estradas reais” que cortavam o sertão. Sua posição, na confluência do Jequiézinho (um riacho salobro que descia das alturas de Maracás) com o Rio de Contas, fazia dela o termo natural de umas das principais entradas que avançam do Atlântico ao interior. “Na mata não existiam pontes e raras eram as jangadas nas barras e ribeiros do Estreito até Funil (atual Ubatã)”.¹⁹ Quando, então, uma grande canoa que permitia o atravessamento das tropas foi ancorada em Jequié, a vila se tornou uma parada obrigatória. Este resultado foi obtido graças ao espírito empreendedor dos seus primeiros habitantes e em detrimento da vizinha e mais desenvolvida localidade de Curral Novo, a qual, a partir desse momento, entrou em decadência. Seja como for, a chegada dos mascates teve reflexos importantes sobre o desenvolvimento econômico de toda a área. Ao longo do baixo curso do Rio de Contas, de Ipiaú até Gongogi, eles estimularam a produção de cacau por parte dos pequenos agricultores locais: “mandaram comprar algumas centenas de cabaças na Barra do Rio das Contas (atual Itacaré), de um tal chamado Longo [...] e foram distribuídas grátis àqueles que queriam plantar”.²⁰ Em 1887, quando ainda não existia a ferrovia, “se exportava [sic] já 200 arrobas”.²¹ de cacau, que eram transportadas a lombo de mula até Aldeia (atual Aratuípe), para serem depois embarcadas em direção de Salvador. Os mascates introduziram também alguns aperfeiçoamentos mecânicos rudimentares, como a “descaroçadeira a motor”,²² contribuído assim ao progresso agrícola da região.

Num vilarejo onde faltavam médicos e escolas, onde a primeira feira semanal foi criada só na década de 1890, onde “o governo praticamente não se fazia presente e os grandes proprietários eram poderosos e mantinham tropas de jagunços”,²³ o comércio aparecia como a única possibilidade de lucro para os novos agentes do progresso. Os mascates italianos de Jequié contavam com orgulho que, antes de fundar as respectivas “casas”, tinham atendido tanto os fazendeiros quanto os bandidos e tinham concedido

¹⁹ MAROTTA, Carlos & Carmine. **Casa Confiança**. Carmignano: Attucci Editrice, 2008, p. 41.

²⁰ Ibid., p. 49.

²¹ Ibid., p. 23.

²² Ibid., p. 30.

²³ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 183.

credito àqueles agricultores que, mesmo sem capital, tinham merecido sua confiança. Eles estimularam a cultivação do tabaco, do café e do cacau, fornecendo sementes e se empenhando numa obra de persuasão para com os agricultores, com o objetivo de obter a exclusividade sobre a colheita. Quando se estabeleceram na área do Rio de Contas, os italianos asseguraram-se, por exemplo, o monopólio da produção local de óleo de capiroba, uma mercadoria muito preciosa que era exportada até na Europa. Entende-se também a importância do crédito concedido pelos comerciantes italianos num território onde não se fazia presente nenhum instituto bancário e como o sucesso destes nos negócios, mesmo que acompanhado pela compra de terras, os tivesse transformados em uma nova elite, distinta da classe tradicional dos fazendeiros. Sua ação decisiva no desenvolvimento local tinha sido compreendida pela parte mais progressista das elites locais. As figuras influentes, geralmente membros da maçonaria, que se reuniam no “Clube União”, as quais, na década de 1890, tinham se organizado para combater a bandidagem e para emancipar Jequié do município de Maracás, apoiaram desde o começo os comerciantes italianos.²⁴ Em princípio, os interesses dos dois grupos mostravam uma tendência a convergir ou, pelo menos, a não entrar em conflito entre eles.

Antes de voltar para Trecchina (um em 1889, o outro em 1890, ambos por problemas de saúde),²⁵ Rotondano e Niella tinham diversificado seus investimentos. Compraram terrenos e boiadas, que legaram aos seus sucessores, e apostaram nos materiais de construção, sempre mais necessários num centro em expansão. Chegaram também outros conterrâneos, vindos de Aréia (como Innocenzo Orrico e Angelo D’Andrea), de Sapucaia, “lá emigrados desde 1882”²⁶ ou diretamente da Itália, como Angelo Grisi e Carmine Marotta (este último desembarcou em Salvador em 1885). Em 1889 se estabeleceu em Jequié Antonio Lomanto, pai de um futuro governador do estado,²⁷ que nos anos precedentes “mascateava fazendas e miudezas na zona de Volta

²⁴ ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia**. Feira de Santana: UEFS, 2001, p. 208.

²⁵ MAROTTA, Carlos & Carmine. **Casa Confiança**. Carmignano: Attucci Editrice, 2008, p. 54.

²⁶ Ibid., p. 52.

²⁷ Antônio Lomanto Júnior (1924-) foi governador da Bahia entre 1963 e 1967. Durante sua longa carreira política ocupou também os cargos de deputado estadual, federal e senador, além de prefeito de Jequié por três mandatos (1951-1955, 1959-1963, 1993-1996).

dos Meiras, Serra Talhada [e] Coquinhos”.²⁸ Todos eles, seguindo o exemplo de Rotondano e Niella, se dedicaram à venda em varejo e atacado e abandonaram, pouco a pouco, o comércio ambulante:

Já dezenas e dezenas de trequineses, todos seus “paesani” e muitos seus parentes moravam em Jequié, povoado que nascia e crescia exclusivamente com a cooperação de trequineses e a povoação dos arredores, chamados por estes. Já eram muitas as Casas de trequineses: Braz Marotta & Irmão, Alfonso Orrico & Larocca, Irmãos Orrico, Vicente Limongi, Januário Niella e Filhos e Domingos Niella & Filhos, estas duas últimas estabelecidas em Baeta. Salvador e Carlos Colavolpe implantaram duas padarias com maquinarias modernas e higiênicas, e as bolachas já não vinham mais de Aldeia, agora eram fabricadas em Jequié.

Antonio Panza, Miguel Grisi e outros estabeleceram-se na Volta do Rio. Outras muitas dezenas vieram depois formando-se em Jequié um núcleo de trequineses de 150 pessoas.²⁹

Por outro lado era bastante comum, para os italianos beneficiados pela fortuna nos negócios, se tornarem proprietários de terras.³⁰ Um deles foi Vincenzo Grillo, que logo adquiriu fama de “homem dinâmico e empreendedor”. Vindo ao Brasil em 1901, como ajudante da firma “Marotta, Pignataro, Grisi e C.”, Grillo tornou-se uma das figuras mais eminentes do município, graças à ajuda que ele prestou durante a enchente que destruiu quase todas as casas de Jequié, em 1914.

Vicente Grillo [...] [que] possuía na encosta mais alta a fazenda Riacho de Jequié abriu a mesma ao povo a fim de que construísse habitações a salvo das futuras cheias e mandou fazer um plano urbanístico para a cidade que tem uma forma quadriculada. Aí construiu o grande edifício que foi durante anos a sede da sua empresa. Também auxiliou na construção da igreja católica e adquiriu um relógio, em 1933, para ela, semelhante aos relógios das cidades europeias. Doou terras para a construção de um hospital e de um aeroporto e adquiriu a fazenda Provisão, de seis mil hectares, onde fez uma série de experimentações com a introdução de animais de raças selecionadas [...] [e] montou uma fábrica de gelo e aos domingos atraía as pessoas de Jequié para fazerem piquenique na mesma.³¹

Este famoso oriundo viajava regularmente para a pátria natal onde tinha deixado a esposa, a qual nunca chegara a conhecer o Brasil. Ele morreu em Jequié, em

²⁸ MAROTTA, Carlos & Carmine. **Casa Confiança**. Carmignano: Attucci Editrice, 2008, p. 53.

²⁹ Ibid., p. 52.

³⁰ Naquele ano, 31 cidadãos estrangeiros e 5 naturalizados figuravam como proprietários de terras no município de Jequié. Cfr.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agrícola de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

³¹ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 183 – 184.

1957, sem completar a trajetória ideal, já traçada por Rotondano e Niella, que consistia na volta dos emigrantes para a terra natal. A ligação entre Jequié e o pequeno povoado da Itália perdurou ainda por décadas: os filhos e outros parentes iam substituir os anciões que deixavam o Brasil e levavam a frente suas atividades comerciais. Para além de Jequié, as firmas dos trequineses possuíam filiais e armazéns “numa série de localidades: Poções, Aréia, Santa Inês, Jaguaquara, Nazaré”³² e, entre 1918 e 1921, duas delas figuravam entre as três primeiras firmas exportadoras de café da Bahia.³³ Depois que se recuperou da enchente, o comércio em Jequié contava, em 1920, 151 estabelecimentos, dos quais os mais importantes eram as firmas italianas “Roberto, Grillo e Cia.” e “Domingos Dattoli”, com um capital de giro superior aos 200 contos de réis.³⁴

A BAHIA E AS GRANDES MIGRAÇÕES TRANSOCEÂNICAS (1870-1915)

Thales de Azevedo relata que a primeira associação pan-italiana de Salvador, a Sociedade de Recreio e Beneficência, fundada após a unificação política da Península por alguns comerciantes abastados, contava apenas 43 inscritos em 1871. Atingindo a outra fonte da época, Angelo Trento nos informa de que “em 1884, em todo o estado, os italianos não eram mais que 200 ou 300”.³⁵ Este autor especula, todavia, que “provavelmente, tornaram-se a colônia mais numerosa [...] no fim do século, chegando a 2.500 ou 3.000 pessoas”.³⁶ Um aumento importante, mesmo que, quanto aos italianos serem a maior colônia estrangeira do Estado (mais numerosa, por exemplo, que a portuguesa) haja fortes dúvidas. A que se deveu este repentino crescimento? Em primeiro lugar nota-se que aumento do fluxo migratório para o Estado coincidiu com a grande emigração para o Brasil, aonde chegaram 1.048.317 cidadãos italianos entre

³² AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 27.

³³ Tratava-se da “Scaldeferri, Irmão” e da “Cezar Orrico, Irmãos”. Cf.: ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovias e Rede Urbana na Bahia**. Feira de Santana: UEFS, 2001, p. 152 e 157.

³⁴ ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovias e Rede Urbana na Bahia**. Feira de Santana: UEFS, 2001, p. 211.

³⁵ TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p.106.

³⁶ Ibid.

1884 e 1903.³⁷ Isto é: as causas primeiras devem ser buscadas na situação interna da Península e nas facilidades oferecidas pela emigração subsidiada para a América do Sul. Pelo que concerne, em específico, a Bahia, não houve, como em São Paulo ou no Espírito Santo, iniciativas de fomento à imigração estrangeira por parte de latifundiários locais, talvez em consequência dos rotundos fracassos das sociedades de colonização agrícola da época imperial.³⁸ A emigração que se dirigiu no Estado o fez de maneira espontânea, contando com recursos próprios e com a ajuda de precursores já instalados. Nota-se assim que o crescimento foi alavancado sobretudo pelas comunidades italianas do interior como Jequié, Jaguaquara, Ipiaú, Barra do Rocha, Poções, Belmonte, Morro do Chapéu, entre outras, por efeito da chegada de parentes dos primeiros emigrantes. Se os cálculos de Trento forem pois corretos, naquela época entre três quartos e quatro quintos dos residentes italianos moravam longe da capital. Jequié, a qual em 1910 era, segundo Marotta, “um dos maiores centros comercial do país”,³⁹ hospedava a maior coletividade peninsular do interior. Quanto a população italiana de Salvador, Trento nos informa que: “em 1908 na capital viviam 500 pessoas, quase todas de Laino Borgo”,⁴⁰ um povoado da província de Cosenza. Mesmo que fazendo parte de outra região, Laino Borgo se situa a 35 quilômetros de Trecchina e, como a localidade vizinha, viu emigrar boa parte dos seus habitantes, nos anos sucessivos à anexação ao Reino da Itália. Foi calculado, num estudo de Vittorio Cappelli, que em alguns destes povoados entre a Calábria e a Basilicata houve piques de emigração de até 21% entre 1871 e 1881. Da área do golfo do Pollino partiram, naqueles anos, 2.511 emigrantes sobre uma população total de 47.489 pessoas. Os de Laino Borgo eram conhecidos por exercerem profissões artesanais como a de canteiros e, em Salvador, “exercitavam mais que nada o ofício de sapateiro”.⁴¹ Em finais do século XIX, porém, os oriundos da Itália se

³⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Em 1903, na Itália, entrou em vigor o Decreto Prinetti, que proibiu a emigração subsidiada para o Brasil.

³⁸ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 17-19.

³⁹ MAROTTA, Carlos & Carmine. **Casa Confiança**. Carmignano: Attucci Editrice, 2008, p. 75.

⁴⁰ TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1988, p. 106.

⁴¹ CAPPELLI, Vittorio. Verso le Americhe: alle origini dell'emigrazione transoceanica in Calabria e in Lucania. In. **Apollinea**, n. 6, novembre-dicembre 2005, p. 32-37. Disponível em: http://www.sissco.it/fileadmin/user_upload/Risorse/biblioteca_digitale/pdf/cappelli_americhe.pdf
Acesso em: 26/11/2012.

encontravam sobretudo no interior. É o caso de famílias numerosas, como os campânos Sarno, estabelecidos em Poções, e os calabreses Magnavita, em Belmonte, na costa sul, onde é relatada a existência de um agente consular italiano em 1896⁴² Sua presença se devia certamente à comercialização internacional do principal produto agrícola da Bahia: o cacau das florestas costeiras, que nesses mesmos anos superaria o café como alavanca do setor primário estadual. Não é difícil supor que este agente fosse Benino [Benigno?] Magnavita, o qual chegara ao Brasil em 1880, fixando-se na área entre Canavieiras e Belmonte. Seu filho Pasquale Magnavita exerceu a profissão de agrimensor, no sul da Bahia, para finalmente adquirir suas próprias terras e dedicar-se, junto com o irmão Lazzaro, à cultura e comércio de cacau. Outros parentes desta família vieram se estabelecer na Bahia até depois da Segunda Guerra Mundial. Os casos de Poções e Belmonte, mas também os de Conceição do Almeida e de Jequié, demonstram que a fixação de estrangeiros no interior da Bahia, como agricultores ou comerciantes, já era realidade na virada do século. Este fenômeno apresentava sempre a mesma característica: os imigrantes não eram indivíduos isolados, mas parte integrante de redes baseadas sobre a comum procedência regional, quando não sobre o parentesco. Também quando se tratava de homens solteiros o que deixavam suas famílias na Itália, eles podiam contar com a presença de outros compatriotas nas localidades de destinação. O fato de que quase todos os imigrantes italianos fossem de origem meridional é um dado comum aos demais estados do Nordeste e diferente em relação ao Sul do Brasil, onde prevaleceu o elemento vêneta.

Os italianos, na Bahia, eram também renomados como artistas. A cena lírica de Salvador foi prestigiada por orquestras e cantantes peninsulares já desde o século XIX e alguns deles fixaram-se definitivamente no Brasil, como Giuseppe Facchinetti, que se tornou bastante conhecido em todo o Nordeste.⁴³ “Em 1879, o empresário italiano Tomás [Tommaso o Tomaso] Passini promoveu a apresentação [...] da ópera ‘o Guarani’, de Carlos Gomes, célebre compositor brasileiro formado na Itália”,⁴⁴ que aí compôs o seu trabalho mais conhecido. E se a fama da música italiana tinha superado o

⁴² AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 30 e ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 68.

⁴³ AZEVEDO, 1989. Op.cit., p. 23.

⁴⁴ Ibid., p. 93.

Atlântico, o mesmo pode ser dito, e a maior razão, das artes plásticas. Andrade relata que:

Na Bahia, por volta de 1912, o governador J. J. Seabra, através de seus auxiliares, o secretário geral Arlindo Fragoso e o intendente de Salvador, Julio Viveiros Brandão, trouxe de São Paulo [...] artistas italianos e ítalo-brasileiros, como os [De] Chirico, os Conti, os Santoro, os Rossi e os Scorcelli [...] enriquecendo a antiga capital do Brasil com bronzes, mármore dourados, pinturas de salões mundanos, de igrejas e de edifícios públicos e particulares.⁴⁵

O autor pernambucano cita ainda – não se sabe se compartilhando-o – o juízo de Thales de Azevedo sobre os elementos típicos da arquitetura decorativa de início do século, que tais artistas realizaram, segundo este, “com o fito de mudar, como pretenderam e em parte conseguiram, a grave e tranquila fisionomia plástica de Salvador”:

a glacê caricatural dos estuques, as grinaldas, os festões, as águias de bico voraz e asas abertas e até de mulheres aladas e de corpo natural inteiro, todas elas de seios duros e pontudos de Danae de Correggio, por onde se pudessem modelar, acaso, as taças cônicas das festanças naturais⁴⁶

Mas contribuição dos artistas peninsulares não se limitou à decoração externa de alguns edifícios hoje decadentes e ao restauro, em estilo *liberty*, do Palácio do Governo, cuja fachada, destruída nos bombardeios de 1912, foi reconstruída, sete anos depois, segundo o projeto de Giulio Conti. Todos os bronzes monumentais do centro de Salvador foram projetados pelo escultor Pasquale De Chirico, originário de Venosa: o de Thomé de Souza, o do Visconde de Cayrú, o do Barão de Rio Branco e o do poeta Castro Alves. Assim como este último, a celeberrima estátua do Caboclo, que domina o Campo Grande, foi fundida na Itália, de onde foi enviada pronta para Salvador. Do escultor Filinto Santoro, da Real Universidade de Nápoles, o qual cuidou da decoração interna do Palácio do Governo, lembremo-nos ainda das célebres balaustradas do porto da Barra e da praia da Paciência, que logo caíram no gosto dos banhistas descritos no último ensaio da obra de Azevedo. O escritor baiano, inimigo declarado da *art deco*,

⁴⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 13

⁴⁶ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 32, apud ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 134.

haveria certamente de convir como as alvas balaustradas de Santoro acompanhem à perfeição dois dos mais lindos panoramas da orla soteropolitana.

ENTRE AS GUERRAS (1915-1945)

Se os aportes estéticos a fizeram memorável, a emigração peninsular para a Bahia era, sob um ponto de vista estreitamente quantitativo, para lá de insignificante. Este era um dado comum às outras nacionalidades estrangeiras, especialmente durante e depois da Primeira Guerra Mundial. Segundo Luís Henrique Dias Tavares: “no período de 1916 a 1930 [...] o número de emigrantes para a Bahia foi de apenas 2172”. Não é verdade, porém, que tal intervalo “foi o de maior e mais significativa emigração estrangeira para o Brasil”,⁴⁷ como afirma o historiador baiano, o qual opera aqui uma firme distinção entre a Bahia e o resto do país. Na realidade, os números de Dias Tavares, se comparados aos registros da polícia portuária de Salvador, não fariam outra coisa que confirmar, na Estado, a mesma tendência nacional, feitas obviamente as devidas proporções.⁴⁸ Entre 1914 e 1933 as alfândegas brasileiras registraram a chegada de 1.217.113 estrangeiros, quando, entre 1904 e 1913, em apenas nove anos portanto, tinha-se alcançado quase a mesma cifra: 1.006.617. A parábola descendente é ainda mais acentuada no caso dos italianos: 196.521 chegadas entre 1904 e 1913 e 156.497 entre 1914 e 1933.⁴⁹ É sabido, por outro lado, que nos anos ‘30 a emigração rural italiana cessou quase que por completo ou foi canalizada para as áreas bonificadas da Península e para as colônias africanas.

Quanto aos italianos residentes em Salvador, pode-se afirmar que, ao longo da primeira parte do século XX, eles tinham progredido economicamente e se consolidado em setores especializados. As atividades artesanais, muitas delas tradicionais na própria terra de origem, alcançaram, por vezes, o tamanho de médias empresas industriais. Em 1942, o anuário da *Junta Comercial da Bahia* elencava 48 oriundos entre os sócios de empresas sediadas no estado, nos ramos do:

comércio, fabricação e venda de canos e artefatos de cimento, mármores, tijolos, bebidas, filtros de terracotta, destilados

⁴⁷ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 8ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 176

⁴⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, SETOR REPUBLICANO. **Polícia do porto do Salvador. Registro dos passageiros**

⁴⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

espirituosos, padarias, chapéus, objetos de conveniência, ferramentas, tecidos, molhados, torrefação de café, laminados, ferros velhos, representação, exportação, se distinguindo pela fabricação e comércio de calçados, por parte de empresas de porte médio e pequeno.⁵⁰

Na lista citada por Azevedo estão ainda um renomado alfaiate da capital, Umberto Savastaro [Savastano] e diversos comerciantes de Jequié que tinham despachos em Salvador. Não comparecem, por outro lado, os herdeiros das firmas fundadas por Caetano [Gaetano] Ricci (calçados), Giuseppe Alfano (laticínios) e Scaldaferrri & Irmãos, uma das maiores companhias de importação e exportação da Bahia.⁵¹ Isso deve-se ao fato que as fontes oficiais classificavam os filhos dos oriundos entre os naturais do Brasil. Eram nativos deste país também os descendentes de outro trequines, Giuseppe Vita, que foi o industrial de maior sucesso dentre os imigrantes italianos. Vita, no começo do século, tinha aberto uma fábrica de “licores, refrigerantes e cristais” que, no auge do seu esplendor, havia inaugurado um cinema e um centro cultural anexos à própria sede de Salvador. Proveniente da Argentina “onde não tinha se adaptado”,⁵² Vita exerceu o comércio ambulante ao longo da ferrovia Bahia-São Francisco, antes de se estabelecer em Santa Luzia de Alagoinhas e, sucessivamente na capital da Bahia. La “Fratelli Vita” (“Irmãos Vita”) tinha uma fábrica também no Recife, dirigida pelo irmão de Giuseppe, Francesco.⁵³

A declaração de guerra do Brasil à Itália, em agosto de 1942, trouxe alguns inconvenientes para os imigrantes peninsulares, especialmente nos centros urbanos. Alguns exaltados, com o tácito consentimento da polícia, tomaram de assalto as lojas comerciais e as habitações dos “inimigos”. Assim “ocorreu, dentre outras com a Casa Veneza em Fortaleza, com a Odalisca no Recife e com a residência de Nicola Mandarino em Aracajú. No Recife, o filho de Francesco Vita, Miguel, que “servia como oficial no exercito brasileiro, foi avisado da ameaça à fábrica do pai, tendo tido tempo de tomar as providências que impedissem a consumação do fato”.⁵⁴ Estes episódios de violência, de todas as maneiras, foram absolutamente contingentes e não se

⁵⁰ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 59.

⁵¹ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 141.

⁵² AZEVEDO, 1989, Op.cit., p. 60.

⁵³ ANDRADE, 1992, Op.cit., p. 143-145.

⁵⁴ Ibid., p. 158-159.

relacionavam com anteriores razões de hostilidade para com os imigrantes, nem tampouco se justificavam com razões de política partidária. Já na década de 1930, o citado Vincenzo Grillo e muitos outros emigrantes trequinenses tinham acolhido com entusiasmo a propaganda fascista. Em Jequié, que nos anos de 1935 e 1936 contava cinemas, jornais e uma biblioteca, funcionavam um “Bar Fascista” e uma “Barbearia Futurista”.⁵⁵ Também o movimento integralista, que do fascismo reproduzia o estilo e algumas palavras de ordem, gozou de explícitas simpatias nas cidades onde eram mais numerosos os ítalo-brasileiros: Jequié, a Jaguaquara e Poções.⁵⁶ Este fato não parecia afetar as relações dos oriundos com a população local que nos dias da declaração de guerra manifestou solidariedade e respeito a Grillo, protegendo sua pessoa e os bens de sua família contra os ataques de facínoras exaltados pela propaganda nacionalista. O mesmo aconteceu em Poções, onde existia também uma colônia de comerciantes italianos.⁵⁷ Seria portanto absurdo falar da irrupção da política internacional no Nordeste tão somente relacionando incidentes isolados e que foram com certeza planejados por autoridades do Estado Novo.

O conflito mundial, com certeza, pouco ajudou a manter viva a ligação entre as comunidades dos estrangeiros residentes e suas respectivas terras de origem: se “em 1930, todos os estrangeiros domiciliados na Bahia eram somente 13.000 indivíduos, o maior número de portugueses seguidos por espanhóis, italianos, alemães, ingleses, franceses e sírios”,⁵⁸ vinte anos mais tarde estes se reduziam a 7.603, sobre um total de quase cinco milhões de habitantes no estado. Em Salvador e outras cidades costeiras, os estrangeiros dedicavam-se sobretudo ao comércio miúdo: as padarias, mercadinhos e botecos eram muitas vezes gerenciados por famílias espanholas ou portuguesas. Espanhóis (2.426) e Portugueses (1.373) juntos representavam a metade exata da população estrangeira residente. A imigração ibérica, em alguns casos, era assaz

⁵⁵ AZEVEDO, Thales Olympio Góes de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Secretaria de Cultura, 1989, p. 35-36

⁵⁶ “A Ação Integralista Brasileira cresceu na Bahia na zona cacauceira (Ilhéus e Itabuna) e no sudoeste (Jequié, Jaguaquara, Santo Antônio de Jesus)”. TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 8ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1987, p. 186. O autor não associa este fato à presença de oriundos italianos ou de outros imigrantes europeus. Em ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 156, se afirma (a partir de uma entrevista conservada no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco) que Plínio Salgado, em data não informada, ministrou uma conferência na cidade de Poções.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 157.

⁵⁸ TAVARES, 1987, *Op.cit.*, p. 176.

recente, pois não fora interrompida pela guerra, em virtude da neutralidade dos dois países emissários. Os cidadãos portugueses beneficiaram-se ademais de um estatuto especial de permanência no Brasil, em força dos tratados estipulados entre Vargas e Salazar, além da vantagem cultural de conhecer o idioma local. Ainda mais numerosos eram os Espanhóis, na sua grandíssima maioria Galegos, que deixaram sua terra natal nos vinte anos a partir da guerra civil. E pelo fato que a emigração européia procedia em corrente – como já se viu nos caso dos italianos – através da chamada de um patrício ou de um parente, os cidadãos de ambos os países ibéricos chegaram a formar a maioria absoluta dos 10.240 estrangeiros estabelecidos na Bahia entre 1950 e 1960. Os italianos, a terceira nacionalidade em número, seguiam distanciados com 845 indivíduos (11,1% dos forasteiros residentes), eram em larga maioria homens (604) e contavam ainda 79 naturalizados brasileiros.⁵⁹

O PÓS-GUERRA (1945-1960): A ÚLTIMA EMIGRAÇÃO?

Findas as hostilidades assistiu-se a uma retomada das migrações internacionais que duraram, mesmo que diminuindo progressivamente, até a metade da década de 1960. Em direção à América Latina, este fenômeno assumiu também o aspecto de uma emigração dirigida, ou seja, planejada através de acordos internacionais entre países emissários e recebedores, que previam a partida sucessiva de grupos organizados para tarefas específicas. Na realidade, a viagem era custeada por organismos internacionais com o intuito de aliviar a pressão social nos países devastados pela guerra e, só em via secundária, para contribuir ao desenvolvimento dos aliados latinoamericanos. Assim, testemunhando as boas relações externas do Brasil, país fundador das Nações Unidas, a partir de 1949 diversos estados da foram contemplados nos programas de colonização e assistência técnica que seriam realizados por cooperadores europeus e japoneses: técnicos agrônomos, no caso, ou outros especialistas. Naquele primeiro ano também na Bahia instalaram-se algumas famílias de refugiados poloneses e iugoslavos, transferidos por meio da International Refugee Organization. Em 1950, já no âmbito da Technical Cooperation Administration americana, foi a vez de 390 camponeses da região do Abruzzo, na Itália. Também chegaram ao estado diversos grupos de horticultores

⁵⁹ IBGE – CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. **Estado da Bahia. Censo demográfico.** Serie Regional, volume XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, p. 74.

japoneses que já habitavam em outras unidades federativas brasileiras ou, mais tarde, em 1953 e em 1960, partiram diretamente do seu país. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Bahia constituía uma meta pouco atrativa para a emigração desde a Europa. Como não bastassem os relatos sobre a hostilidade dos seus habitantes e sobre o clima tropical, considerado ainda, e com muito exagero, inapto para mão de obra oriunda dos países temperados,⁶⁰ a própria situação econômica do Estado fazia com que os eventuais imigrantes teriam tido serias dificuldades em encontrar uma colocação. Poderíamos falar, portanto, de uma imigração artificial, pois mesmo os italianos, a única coletividade estrangeira já presente na Bahia em número significativo, não tinham alguma relação com os novos grupos de colonos. Daí em adiante, porém, um de cada três italianos residentes no estado passou a ter alguma ligação de parentesco com os habitantes das colônias agrícolas, ressaltando que 79% destes permaneceram no Brasil, dos quais 71% se fixaram na Bahia. Mesmo na conjuntura difícil da reconstrução pós-bélica, isto não teria sido possível simplesmente em virtude das reuniões familiares e só aconteceu porque as autoridades estaduais estavam prontas a favorecer a permanência dos estrangeiros no território, com o intuito de fomentar a agricultura intensiva, para o fornecimento dos mercados urbanos. É preciso, portanto, além de compreender o contexto da imigração dirigida, reconhecer seus méritos às autoridades estaduais de então por ter realizado o último, e certamente o único bem sucedido, entre todos os experimentos de colonização agrícola já tentados na Bahia com o auxílio de mão de obra italiana.

Durante o governo de Octávio Mangabeira, que tinha Néstor Duarte como secretário estadual da Agricultura, foram constituídas três colônias agrícolas estaduais: Boa União e Emboacica (no litoral norte) e Batéia (no Planalto Sul). Outras três: Rio Sêco, Papagaio e Honorato (nas proximidades de Feira de Santana), criadas em 1939 pelo governador Landulpho Alves, foram reativadas. Em Jaguaquara, a poucos quilômetros da Colônia Batéia, o governo federal também fundou a sua própria colônia, em 1950. Depois, já nos mandatos de Regis Pacheco e Antônio Balbino, foram criados outros dois núcleos no Planalto Sul: Santo Antônio e Barra do Choça e um em Ituberá, no Baixo Sul. Em 1960, enfim, durante o governo de Juracy Magalhães, foi inaugurada a colônia federal JK em Mata de São João. Em todos estes assentamentos foram

⁶⁰ THE HISTORICAL sources at IAO. The unpublished documentation center. **Journal of agriculture and environment for international development**, Florence, v. 1, n. 3 – 4, July – December 2007.

previamente construídas habitações para os cultivadores, tanto imigrantes como brasileiros, e lhe foi garantida assistência técnica, além de um salário até a primeira colheita. Em poucos anos, os colonos se tornariam agricultores independentes, proprietários dos lotes dos quais o governo lhe cedera o usufruto. Se a iniciativa teve êxito, isto se deveu, portanto, às condições oferecidas pelo governo estadual. É suficiente confrontar a experiência baiana com, por exemplo, a das cooperativas do Abruzzo que, com os mesmos objetivos, levaram centenas de agricultores italianos para Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro entre 1949 e 1950.⁶¹ É bem verdade, por outro lado, que foi quando os colonos passaram a comercializar diretamente seus produtos, uma possibilidade que não era inicialmente prevista nos tratados firmados entre eles e o governo, que eles conseguiram a emancipação econômica dos núcleos coloniais.

Franco Cenni escreve, em 1960:

O europeu já não pode se adaptar às condições de um contrato de colonato em nossas fazendas, e após os fracassos da colônia do Rio Verde, em Goiás; da cooperativa dos Colonos, em Patos; da cooperativa Abruzzo Forte e Gentile, em Japuiba, no estado do Rio de Janeiro; de Santana do Parnaíba, em Mato Grosso; e da Cooperativa Paradisi, atualmente as únicas que obtiveram êxito, como a de Pedrinhas e as das colônias agrícolas italianas de Boa União, Itirussu e Jaguaquara, na Bahia, conseguem demonstrar apenas que este tipo de imigração é muito dispendioso (Pedrinhas) ou se limita a um número quase insignificante de pessoas (colônias baianas).⁶²



As conclusões às quais chega o autor de **Italianos no Brasil** merecem, para serem aceitas, algumas ressalvas. Primeiramente, como já vimos, quando se trata de medir o impacto quantitativo da emigração seria necessário considerar o total da população peninsular já residente no local. Neste caso, naturalmente, não é possível comparar a emigração peninsular para a Bahia com os milhões de oriundos italianos de São Paulo, o estado de referência para Cenni. É certamente verdade que os italianos residentes na Bahia não passavam, em 1950, do 0,001% da população em geral, porém, ao longo dessa mesma década, este grupo aumentou na ordem de mais de 50%. A comunidade italiana passou também por uma mudança qualitativa, ao chegar mais de duas centenas de mulheres peninsulares: desta vez eram famílias inteiras, compostas de

⁶¹ Cf. MAGALINSKI, Jan; MAGALINSKI, Júlia Maria. Goiás e a Imigração. **Boletim Goiano de Geografia**, n. 3(1-2), jan./dez. 1983, p. 69-70 e CAMERA DEI DEPUTATI. **Atti Parlamentari**. Seduta antimeridiana del 20 febbraio 1951, p. 26296.

⁶² CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: andiamo in Mérica. 3ª Ed. São Paulo: Martins-EDUSP, 2004, p. 485.

duas o três gerações, que emigraram para a Bahia. Quando da sua emancipação, na metade dos anos '60, as colônias de Itiruçu (Batéia), Jaguaquara e Boa União (Camaçari) abrigavam algumas dezenas de pequenas fazendas de propriedade italiana e, se uma parte dos pioneiros tinha ido embora, outros parentes dos que permaneceram estavam chegando da Europa. Jaguaquara, em particular, tinha-se tornado o maior mercado de verduras da Bahia e fornecia as feiras do Ceará e de São Paulo, além que as de outros estados. Tamanho progresso, verificado em tão pouco tempo após a chegada dos colonos, demonstra por si só a enorme contribuição dos italianos ao desenvolvimento da horticultura baiana, assim como aconteceu com os japoneses e os polacos em outras áreas do estado. O progressivo abandono das terras coloniais foi ademais compensado pela permanência, nas áreas urbanas de Jaguaquara e Itiruçu, de numerosas famílias ítalo-brasileiras que ali vivem até nossos dias. Já outras duas gerações, compostas por descendentes nascidos no Brasil, são a prova de como a presença peninsular se tenha integrado na sociedade local. Os abruzeses do Planalto Sul, assim como os trequinenses de Jequié (cujos descendentes, alias, eles chegaram a conhecer) “marcaram tanto a paisagem como a vida da região, que é, sem dúvida, a mais ‘italiana’ do Nordeste”.⁶³ A história destes camponeses, graças aos quais “foram revistos os motivos que haviam, até então, levado a excluir a Bahia como meta de emigração agrícola”, não poderia ser exaurida nesta breve resenha, razão pela qual lhe dedicamos um estudo específico.⁶⁴ Concluir tratando deles não significa tampouco colocar um ponto final sobre a história da presença italiana na Bahia que, após a época do turismo de massa, parece hoje em dia assumir novos contornos, aptos a estabelecer relações mais duradouras entre estes dois povos.

ARTIGO RECEBIDO EM 22 DE DEZEMBRO DE 2012. APROVADO EM 15 DE MARÇO DE 2013

⁶³ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli; Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1992, p. 187.

⁶⁴ BENEDINI, Giuseppe; ARQUILLA Matteo. **Nella tana del giaguaro**: storia dell'emigrazione italiana nelle colonie agricole della Bahia. Cremona: Industria Grafica Editoriale Pizzorni, 2010.